



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10881 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: análise de teses e dissertações entre os anos de 2016 a 2021

Adriana Regina Pereira de Abreu - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Telma Adriana Pacifico Martineli - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Gustavo Laércio de Sá Faxina - UEM - Universidade Estadual de Maringá

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES ENTRE OS ANOS DE 2016 A 2021

A partir da década de 1990, com o avanço da perspectiva neoliberal no Brasil, disseminou-se a ideia de que os sistemas educacionais enfrentam uma crise de eficiência, eficácia e produtividade causada pela incompetência do Estado para gerenciar as políticas públicas, sendo necessária uma reforma administrativa do sistema escolar com a introdução de meios que regulam a qualidade desses serviços. A reestruturação dos sistemas de ensino faz parte de uma agenda do capital neoliberal que propõe ofensivas como privatizações, terceirizações, corte de subsídios, dentre outras ações, transformando os serviços públicos, inclusive a educação, em mercados competitivos e diminuindo a atuação do Estado no oferecimento desta política aos seus cidadãos (GENTILI, 1996).

Diante disso, ocorre uma diminuição do papel Estado, fazendo com que a educação passe a fazer parte do setor de serviços e agindo sob a lógica do mercado, assim “[...] há uma substituição parcial da regulação estatal por uma regulação de iniciativa privada por meio da criação de quase-mercados educacionais” (KOGA; GUINDANI, 2017, p. 7).

A atuação das medidas neoliberais por meio das políticas públicas educacionais brasileiras ocorre por meio da chamada “Agenda Globalmente Estruturada” (DALE, 2004) sendo reforçada com a parceria público-privada que se define como relações contratuais entre o governo e o setor privado para que, por um período específico, esse setor ofereça um serviço educacional como a subcontratação de vagas em escolas privadas, gestão privada de instituições públicas, capacitação docente, assessoria técnica, dentre outros. No Brasil, essa interferência também ocorre na proposição e condução das políticas educacionais, como no caso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (EDUCAÇÃO, 2016).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) entende que a educação infantil é primeira etapa da educação básica e que ela será oferecida para crianças de 0 a 3 anos em creches, ou

entidades equivalentes, em pré-escolas, para as crianças de 4 a 6 anos de idade (BRASIL, 1996). A inclusão das entidades equivalentes na LDB foi o primeiro passo para o fomento das estratégias de inserção de privadas no atendimento indireto e direto na educação infantil, o que se fortaleceu posteriormente com as orientações do Fundeb e Planos Nacionais de Educação, os quais induziram municípios a buscarem alternativas de financiamento e serviços privados para atender as crianças da educação infantil.

Este estudo tem como objetivo investigar as parcerias público-privado no campo da educação infantil, a partir de teses e dissertações produzidas no Brasil, buscando compreender as estratégias de privatização que se revelam nesta etapa da educação básica.

Para atender ao objetivo proposto foi realizado uma revisão de literatura das teses e dissertações produzidas no Brasil, publicados entre os anos de 2016 e 2021, disponíveis na Base Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT) e Teses e Dissertações – CAPES.

A coleta de dados foi realizada no mês de agosto de 2021. Para a busca, utilizou-se o filtro de busca avançada com o recorte cronológico de 2016 a 2021 e os descritores “educação infantil”, “público-privado”, “educação infantil” e “privatização”.

Na plataforma BDTD/IBICT, a primeira busca direcionou para 21 produções, contudo, 5 foram descartadas por não estarem ligadas a temática investigadas. Assim, encontrou-se 16 produções acadêmicas ligadas à temática.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os mesmos descritores e período, foram localizadas 88 investigações, entretanto, apenas oito (8) se adequavam a temática proposta, e dentre eles, sete (7) já tinham sido encontrados na pesquisa realizada na outra plataforma, resultando, assim, na seleção de apenas uma (1) investigação. Após o levantamento, foi realizada a leitura dos títulos e resumos, cujas as sínteses são apresentadas a seguir.

O levantamento de dados nos Bancos de Teses e Dissertações investigados resultou em 4 teses e 13 dissertações que trataram sobre a relação público-privado na educação infantil, nos últimos cinco anos, a maioria das investigações foram realizadas na região sul do país, sobretudo no estado de São Paulo, em que foram encontradas sete (7) investigações. Dentre as instituições de origem das pesquisas, observa-se que três (3) são da esfera privada, três (3) estaduais e seis (6) federais, ademais, a maioria dos trabalhos pesquisados foi realizada em instituições públicas e em programas de pós-graduação em educação.

Com relação aos estudos encontrados, observou-se que três (3) investigações, uma (1) tese e duas (2) dissertações, tratavam do Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI), denominado Nave-mãe. Essas pesquisas eram intituladas: *Participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública: uma análise do Programa “Nave-mãe”* (CHICONE, 2016), *A cogestão dos centros de educação infantil “Nave-mãe”* (DOMICIANO, 2016) e *Educação Infantil e as relações público-privado no município de Campinas: o Programa “Nave-mãe”* (SILVA, 2016).

Chicone (2016), em sua investigação, constata que os recursos públicos destinados à educação despertaram o interesse das entidades que se dizem sem fins lucrativos, mas que agem sob a lógica de mercado. Além disso, evidencia-se nessa proposta, a precarização das condições de trabalho dos professores e distancia a efetivação do direito à educação infantil.

Domiciano (2016), por sua vez, assevera que a transferência da gestão da educação infantil para entidades em detrimento de elaboração de políticas para o atendimento desse grupo não diminuiu a demanda por vaga e o custo do gasto-aluno-ano aumentou, além disso, o padrão de atendimento oferecido não melhorou.

Silva (2016), observou que a gestão das instituições que participavam do programa não partia da gestão democrática, nem da formação continuada e valorização dos professores. Sendo assim, o programa não garantia o direito a uma educação infantil pública, de qualidade, laica e gratuita.

Ainda sobre as instituições sem fins lucrativos, a pesquisa de Ceccon (2018), denominada *Instituições sem fins lucrativos na educação infantil no município de Campinas: históricos, dilemas e perspectivas*, demonstrou uma expansão na oferta de vagas na educação infantil nas instituições sem fins lucrativos e uma retração da oferta na rede pública.

Do mesmo modo, Branco (2019), com a dissertação *A relação público privado na educação infantil no município de Goiânia: da trajetória legal da política pública de convênios à percepção dos atores - gestoras envolvidas*, salientou que a política de convênios para a educação infantil do município de Goiânia, reforçam as características neoliberais, cuja administração pública se pauta nos preceitos do gerencialismo e da terceirização, com vistas a privatização do ensino público e desresponsabilização do Estado de prover os serviços públicos básicos aos cidadãos.

Nesse sentido, o trabalho *As repercussões da obrigatoriedade da pré-escola no direito à educação infantil: relações entre o público e o privado* (SILVA 2020a) demonstrou o desinteresse da rede pública de construir novas escolas ou CMEIS, buscando resolver a falta de vagas por meio de parcerias com o setor privado, além de apresentar dados que indicam a falta de qualidade do ensino privado oferecido e a tendência dessas empresas privadas promoverem ações que resultam em despesas extras às famílias contempladas pelas parcerias, ferindo o princípio de gratuidade.

Farias (2018), na dissertação *Política educacional para a educação de Londrina nas parcerias público/privadas*, concluiu que ocorreu um aumento nas parcerias público-privadas nos últimos anos, porém elas não resolveram o problema educacional, sendo necessário exigir do Estado a oferta, manutenção e permanência dos estudantes da educação infantil na esfera pública, bem como condições de trabalho dignas para os professores.

Na pesquisa *O Estado regulador e o mercado educador: um estudo sobre o processo de mercantilização da Educação Infantil no município de Campina Grande/PB* de Melo (2018) também é evidenciado a falta de ações dos pais, professores e sociedade na reivindicação de uma educação pública e de qualidades, consolidando, assim, a mercantilização da educação.

Montano (2019), em sua dissertação *A parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre*, sinalizou que a parceria ocorrida em Porto Alegre aumentou a desigualdade do atendimento; precarização da qualidade social da educação infantil ofertada pela conveniadas e crescente desresponsabilização do Estado.

Na tese intitulada *O público e o privado em políticas de subvenção estatal: programa bolsa creche e escuelas autogestionadas*, Oliveira (2018) analisa o Programa Bolsa Creche do Brasil e na Argentina o projeto *Escuelas Autogestionadas* e conclui que os dois programas apresentam semelhanças por receberem recursos públicos e serem geridos por entes privados, corpo docente sem vínculo com o Estado e a transferência da responsabilidade do setor

público ao setor privado.

A pesquisa *A oferta da Educação Infantil em instituições privadas contratadas com o poder público: um estudo do financiamento de uma creche em Curitiba-PR* (CASSEMIRO, 2019) identificou a diminuição no investimento no valor-aluno-ano para a garantia de uma educação de qualidade, baixa remuneração dos profissionais da educação, reforçando que a política de convênio reforça as ideias neoliberais e desregulamenta o Estado no seu dever de oferecer uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A dissertação *A qualidade da educação das crianças de zero a três anos: estudo a partir da percepção das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba* (SILVA, 2020c) concluiu que as famílias beneficiárias do programa de convênio têm a percepção de que a creche conveniada, por ser uma instituição privada, oferece mais qualidade, assim não questionam o papel do Estado na garantia de uma educação de qualidade, laica, pública e gratuita.

A dissertação *A parceria público privada na educação infantil em Porto Alegre: suas implicações para o trabalho docente* (PRUNIER, 2018), evidencia que a parceria público-privada resultou na desvalorização dos profissionais que atuam nas instituições conveniadas, bem como a formação e remuneração são incompatíveis com a legislação educacional vigente.

Moreira (2019), em sua dissertação *Implicações das Parcerias público-privadas na educação: gestão compartilhada e a reconfiguração do trabalho docente*, conclui que as parcerias firmadas entre o poder público e as instituições privadas aumentam a precarização do trabalho docente, por meio da retirada de direitos sociais, como a ampliação da jornada de trabalho e diminuição salarial.

A dissertação intitulado *A agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: Um estudo do acordo com a rede Municipal de Educação de Florianópolis* (MELGAREJO, 2017) observou que as ações propostas pelo Banco, com o pretexto melhorar a qualidade de vida na América Latina e no Caribe configura-se numa estratégia financeira visando benefícios em setores estratégicos dos países a ele vinculados a fim de satisfazer as necessidades do mercado.

A tese *Programas de privatização na educação infantil: a atuação do ministério público e dos conselhos de controle social* (COSTA, 2018) demonstrou que os conselhos de controle social não atuam de forma efetiva na fiscalização das parcerias público-privadas na educação infantil, devido à falta de preparo e conhecimento, enquanto o ministério público realiza ações paliativas com vistas a adequar os serviços contratados.

Silva (2020b), na dissertação *Direito e financiamento na educação Infantil de 0 a 3 anos – um estudo exploratório dos processos de privatização no município de São Paulo*, reiterou que o município da pesquisa oferece condições legislativas para o crescimento das parcerias com a iniciativa privada, retirando, assim, a responsabilidade do estado de prover uma educação pública, laica e gratuita.

As investigações encontradas no levantamento apresentado indicam que a relação público-privado no âmbito da educação infantil versam algumas áreas prioritariamente, quais sejam: na transferência da gestão de equipamentos públicos para iniciativa e lógica privada, ainda que essas instituições não possuam sem fins lucrativos, bem como a desresponsabilização estatal sobre uma educação pública e de qualidade. A gestão e organização do trabalho pautam-se no gerencialismo e no mercantilismo, resultando na precarização do trabalho docente e diminuição no investimento do valor-aluno-ano. As parcerias público-privadas,

possuem sua gênese na influência dos organismos internacionais e pautam-se nos fundamentos políticos e jurídicos neoliberais, assim, embora exista órgãos e conselhos de fiscalização dessas parcerias eles não atuam de forma eficientes.

O levantamento bibliográfico demonstrou a relevância de pesquisa tipo estado do conhecimento, pois foi possível identificar as múltiplas formas que o capitalismo neoliberal se imbrica educação, em específico na educação infantil, por meio da destinação os recursos públicos para as instituições privadas, para a execução desses serviços sociais. Além de evidenciar as consequências dessas ações para a gestão e financiamento da educação, para a formação e trabalho docente, sistemas de ensino e currículos e, sobretudo, para a efetivação de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Privatização. Público. Privado. Educação Infantil.

Referências

BRANCO, N. A. C.. **A relação público-privado na educação infantil no município de Goiânia:** trajetória legal da política pública de convênios à percepção dos atores-gestores envolvidos. 2019. 262f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21/08/2021.

CASSEMIRO. V. A. S. **A oferta de educação infantil em instituições privadas contratadas com o poder público:** um estudo do financiamento de um creche em Curitiba-PR. 2019. 114f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2019.

CECCON, M. L. L. **Instituições sem fins lucrativos na educação infantil, no município de Campinas:** histórico, dilemas e perspectivas. 2018. 254f. Dissertação (Mestrado - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2018

CHICONE, Sílvia Helena. **A participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública:** uma análise do Programa “Nave-Mãe” no município de Campinas-SP. 2016, 246f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2016.

COSTA, B. A. da. **Programas de Privatização na educação infantil :** a atuação do Ministério Público e dos conselhos de controle social. 2018, 188f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, SP, 2018.

DALE, R. **Globalização e educação: demonstrando a Existência de uma “cultura educacional Mundial comum” ou localizando uma “agenda Globalmente estruturada para a educação”?**.Educ. Soc. Campinas, v. 25, n. 87, 2004.

DOMICIANO, Cassia Alessandra. **A cogestão dos centros de educação infantil "Nave-mãe" :** uma parceria público-privada analisada. 2016, 226f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **Privatização e militarização: Ameaças renovadas à gestão democrática da escola pública.** Campinas, v. 37, nº. 134, p.1-7, jan.-mar., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016v37n134ED>. Acesso em: 01/08/2021.

FARIAS. C. dos S. **Política educacional para a educação infantil:** o compasso da jurisdição de Londrina nas parcerias público/privada. 2018, 162f. Dissertação (Mestrado) - Universidade

Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2018.

GENTILI, Pablo. **Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

KOGA, Y. M. J.; GUINDANI. E. R. **Educação e neoliberalismo: interferências numa relação tirânica**. UFES, ES, Revista Simbólica, v. 4, n. 2, jul./dez., 2017.

MELGAREJO, Mariano Moura. **A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis**. 2017, 175f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

MELO, N. Q. de. **O estado regulador e o mercado educador: um estudo sobre o processo de mercantilização da educação infantil no município de Campina Grande**. 2018, 146f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB, 2018.

MONTANO. M. R. **A parceria entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do Marco Regulatório da Organizações da Sociedade Civil (MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre**. 2018, 215f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2018.

MOREIRA, J. G. **Implicações das parcerias público-privadas na educação infantil: gestão compartilhada e a configuração do trabalho docente**. 2019, 154f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2019.

OLIVEIRA, J. dos S. **O público e o privado em Políticas de Subvenção Estatal: Programa Bolsa Creche e “Escuelas Autogestionadas”**. 2018, 155f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro, SP, 2018.

PRUNIER. Simone Souza. **A parceria público - privada na em Porto Alegre: suas implicações docente**. 2018. 194f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

SILVA, D. M. de C. e. **As repercussões da obrigatoriedade da pré-escola no direito a educação infantil: relações entre o público e o privado**. 2020, 280f. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2020a.

SILVA, G. S. **Direito e Financiamento na Educação Infantil de 0 de 3 anos - um estudo exploratório dos processos de privatização no município de São Paulo**. 2020, 143f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2020b.

SILVA, M. V. da. **A qualidade da educação das crianças de zero a três anos: estudo a partir da percepção das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba**, 2020. 197f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2020c.

SILVA, N. A. da. **Educação Infantil e as relações público-privado no município de Campinas: o programa Naves-mãe**. 2016, 223f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.